

---

---

# Implicações Éticas nos Serviços de Aquisição: Algumas Reflexões a partir da Realidade Brasileira

WALDOMIRO C. S. VERGUEIRO\*



## INTRODUÇÃO

A nível internacional, principalmente nos países de Primeiro Mundo, os profissionais de informação costumam ter uma preocupação bastante acentuada em relação aos aspectos éticos que dizem respeito ao desenvolvimento de suas práticas profissionais, na realização das atividades de aquisição de materiais de informação. Já é até bastante comum, por exemplo, encontrar-se discussões sobre esse assunto na literatura especializada em Biblioteconomia e Ciência da Informação ou em listas eletrônicas de discussão voltadas para a problemática do desenvolvimento de coleções ou da aquisição. Facilmente, pode-se encontrar posicionamentos bastante exaltados de alguns profissionais, cobrando de seus companheiros uma postura ética mais adequada às responsabilidades que entendem possuir como agentes da informação.

A realidade dos países em desenvolvimento é em geral bastante diferente da acima mencionada. Infelizmente, a questão ética parece estar bastante longe das mentes dos profissionais. É razoável acreditar que, em sua grande maioria, estes estão ainda relativamente desatentos quanto às repercussões que uma postura ética inadequada pode ter em relação à imagem de sua profissão perante a sociedade e o quanto isto poderá prejudicá-lo,

---

\* Professor Doutor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

tanto a médio como a longo prazos. No Brasil, pelo menos, o levantamento da literatura da área de Biblioteconomia e Documentação parece corroborar essa hipótese: apenas uma referência bibliográfica pode ser encontrada sobre o assunto, tratando-se de um capítulo de livro recentemente publicado no país<sup>1</sup>.

Esta despreocupação em relação aos aspectos éticos de sua profissão é provavelmente válida para todas as atividades dos bibliotecários brasileiros, não apenas em relação às de aquisição. Neste sentido, pode-se dizer que os profissionais responsáveis pela aquisição de materiais de informação não são mais ou menos despreocupados com questões éticas do que os bibliotecários responsáveis por outras atividades dos serviços de informação.

Assim, de uma maneira geral, a discussão que se fará a seguir, enfocando especificamente as questões éticas que afetam mais diretamente a aquisição de materiais informacionais em bibliotecas e serviços de informação, podem ser também consideradas válidas para todo o conjunto de atividades dos profissionais. Uma avaliação mais atenta mostrará que, em grande parte dos casos mencionados, uma simples troca de substantivos pode ser suficiente para demonstrar isso (colocando-se as palavras *administração* ou *informatização*, por exemplo, no lugar de *aquisição*).

## 1. Preocupações na literatura internacional

Como mencionado, a literatura internacional não é absolutamente omisa em relação à discussão das implicações éticas em geral<sup>2</sup> ou das atividades de aquisição de materiais de informação em particular<sup>3, 4, 5</sup>. Neste sentido, uma das contribuições mais objetivas (e também uma das mais citadas pela literatura da área) já apresentadas à discussão de questões éticas nas atividades de aquisição é provavelmente o trabalho de Christian M. Boissonas<sup>6</sup>, intitulado *The cost is more than that elegant dinner: your ethics are at steak*, publicado em 1987.

Esse artigo constitui a reprodução de um trabalho apresentado em conferência sobre as influências externas que afetam as atividades de aquisição e do desenvolvimento de coleções, realizada em Charleston, South Carolina, em 1986. Nele, o autor apresenta um caso hipotético de relacionamento pessoal entre um bibliotecário responsável pela aquisição de materiais de informação para uma grande instituição universitária e um representante de vendas de uma empresa especializada no fornecimento desses materiais, apontando vários dos perigos e tentações a que os profissionais de informação estão sujeitos na prática da aquisição.



O primeiro ponto que deve ser salientado, como o próprio título do artigo já aponta, consiste na aceitação de pequenos favores (no caso, um jantar) por parte do bibliotecário\*. Isto, segundo argumenta o autor, ainda não chega a representar diretamente uma quebra de comportamento ético, pois é prática comum no meio empresarial que as empresas comerciais convidem seus clientes para jantar, buscando um relacionamento mais ameno e amigável com eles. No entanto, muitas vezes até de uma maneira mais ou menos inconsciente, esses pequenos favores podem levar à predisposição, por parte do bibliotecário, a direcionar a maioria de suas compras para a empresa daquele que lhe concedeu a gentileza, gerando, aí sim, um comportamento ético questionável.

A forma de garantir que não se está deixando *levar negativamente* pelas gentilezas recebidas (ou talvez se devesse, dependendo do ponto de vista, falar em *levar positivamente...*) é exercer uma vigilância constante quando da tomada de decisões de aquisição, guiando-se por critérios os mais objetivos possíveis (como, por exemplo, os descontos efetivamente concedidos pela compra de determinados materiais), de modo a que não venha a ocorrer o favorecimento indevido a este ou aquele fornecedor.

Segundo Boissonas, quando essa predisposição ao favorecimento deixa de ocorrer de maneira inconsciente, constituindo-se em uma consequência direta dos pequenos favores recebidos, como uma forma de compensação ou comprometimento do profissional, existem motivos para pensar que o comportamento ético do bibliotecário deixou apenas de ser questionável e passou a ter conotações decididamente condenáveis.

Boissonas hesita em aplicar a palavra corrupção a esse quadro, achando-a demasiadamente forte para um contexto de consequências não tão amplas assim. No entanto, pode-se afirmar que, quando tal acontece, o profissional da aquisição, ainda que por descuido, de alguma forma deixou-se *seduzir* pelos agrados recebidos e permitiu que estes influenciassem seu julgamento.

Favorecer um fornecedor de materiais de informação simplesmente porque este lhe proporcionou um bom jantar (ou lhe deu uma bonita agenda no fim do ano, como é mais comum de ocorrer no Brasil) é certamente mover-se em terreno eticamente duvidoso. Isto, se não quisermos radicalizar, afirmando que este se constitui em um comportamento não-ético por parte do profissional.

---

\* É interessante notar que Boissonas faz um trocadilho com as expressões homófonas *steak* (bife) e *at stake* (em jogo, em perigo).

Outro ponto destacado por Boissonas diz respeito à busca direta de benefícios pessoais pelo profissional da informação, quando da realização de suas atividades na área de aquisição de materiais informacionais, algo que pode traduzir-se tanto em uma porcentagem específica do valor da transação sendo repassada diretamente à conta bancária do profissional, como uma espécie de reconhecimento do fornecedor pela venda efetuada, como em um presente de valor equivalente que lhe é ofertado para usufruto pessoal. Neste caso, sim, parece-nos que a palavra *corrupção* poderia ser corretamente empregada, pois já não se trataria apenas de um comportamento caracterizado por uma postura profissional discutível, mas, isto sim, um caso explícito de transgressão das normas legais, com penalidades previstas pela legislação competente.

## 2. Reflexões sobre a prática brasileira

Felizmente, existem motivos para acreditar que, tanto nos Estados Unidos, fruto das ponderações de Boissonas, como no Brasil, o índice de bibliotecários que voluntariamente optam por um comportamento despido dos valores éticos profissionais mais básicos é bastante pequeno. Imagina-se que seja até mesmo muito menor que aquele apresentado por outras atividades que, tal como a dos bibliotecários, se classificam sob égide das profissões liberais.

Talvez essa pequena porcentagem se deva ao fato de os profissionais da informação estarem normalmente envolvidos com valores financeiros muito menores dos que aqueles com os quais têm que trabalhar profissionais de outras áreas. Ou talvez porque os fornecedores de materiais de informação, contrariamente a outros tipos de empresários, não têm uma margem de lucro assim tão grande a ponto de lhes permitir separar uma quantia suficientemente atrativa para garantir o favorecimento dos bibliotecários. No entanto, é importante não cultivar qualquer tipo de ilusão: os bibliotecários não possuem o monopólio da virtude e estão sujeitos, como quaisquer outros profissionais, à tentação do lucro ou do dinheiro fácil, deixando em segundo plano o interesse de seus clientes e das instituições que devem primordialmente servir.

Na realidade brasileira, é muito comum ocorrer exatamente o contrário do que se mencionou acima. Muitas vezes, por mais paradoxal que isto seja, os atentados à ética profissional acontecem, no meio bibliotecário, exatamente com o objetivo de melhor servir seus clientes e suas instituições. Ou seja, ocorrem com as melhores intenções (e justificativas) possíveis.



Empresas comerciais das quais as bibliotecas são clientes costumam proporcionar, por solicitação dos responsáveis pelos serviços de informação (ou às vezes por iniciativa própria), os recursos econômicos necessários para viabilizar uma publicação de interesse da biblioteca, a confecção de um filme promocional, a elaboração de um folheto de divulgação dos serviços disponíveis, etc. Da mesma forma, viagens para participação em congressos profissionais da área de informação, visando relatar as atividades desenvolvidas pelas bibliotecas em sua área de atuação, já foram total ou parcialmente financiadas por fornecedores de materiais. Bibliotecas já solicitaram — e receberam! — computadores ou outros equipamentos eletrônicos dos representantes de firmas comerciais por intermédio das quais efetuam suas assinaturas de periódicos e aquisição de livros estrangeiros, etc.

O que tudo isto realmente significou em termos de comprometimento dos profissionais com a continuidade de ligações comerciais com essas empresas, muitas vezes de maneira exclusiva, pertence somente ao terreno da especulação. Por outro lado, haveria talvez razões para denominar como excesso de ingenuidade a hipótese de que os fatos narrados *em nada* influenciaram o relacionamento comercial posterior entre os diversos parceiros...

O mercado brasileiro de fornecimento de materiais de informação ainda não possui a mesma sofisticação daquele apresentado pelo de países do Primeiro Mundo. Basicamente, grande parte das bibliotecas e centros de informação brasileiros adquirem os materiais de seu interesse diretamente dos editores ou utilizando-se dos serviços de livrarias locais. Apesar de diversos agentes especializados na prestação de serviços de aquisição para bibliotecas estarem atuando no país já há um certo tempo, as vantagens e desvantagens de lançar mão de seus serviços parece ainda não ter atingido o consenso dos profissionais. Bibliotecas especializadas e universitárias utilizam esses agentes muito mais do que outros tipos de bibliotecas, como, por exemplo, as bibliotecas públicas. E mesmo no âmbito das bibliotecas universitárias, percebe-se que uma alta porcentagem das aquisições das instituições de informação ligadas ao poder público são realizadas por intermédio de agentes, enquanto que nas instituições particulares esta porcentagem é bem menor. Da mesma forma, ainda não se tem no país a prática da realização de approval plans, compromissos contratuais de fornecimento de materiais de informação entre uma biblioteca e um fornecedor, baseados em um perfil da instituição<sup>7</sup>.

Assim, percebe-se que o meio ambiente no qual as transações visando a aquisição de materiais de informação ocorre no Brasil é muito menos complexo do que aquele de países mais desenvolvidos, imaginando-se, em con-

seqüência, que nesses últimos as oportunidades de desvios éticos no comportamento profissional do bibliotecário são bem maiores. Ainda que isto talvez sequer possa ser corroborado na prática (e nem é assim tão importante que o seja), parece ser insuficiente, enquanto ponto de vista profissional, ignorar as reais possibilidades de que o bibliotecário brasileiro possa eventualmente desenvolver uma prática profissional questionável em termos éticos.

No entanto, ainda que consideremos as posturas profissionais eticamente condenáveis apenas como raras exceções no desempenho do conjunto dos bibliotecários brasileiros — e elas felizmente e com certeza o são! — é necessário manter ao mesmo tempo uma constante atenção com relação àquelas situações intermediárias que podem colocar em pauta a ética profissional. Os profissionais de informação deveriam ser convenientemente esclarecidos a respeito desse assunto.

Infelizmente, o código de ética do bibliotecário brasileiro, aprovado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)\*, a instituição máxima da categoria no país, em nada se manifesta sobre o assunto. Elaborado com a finalidade de fixar de maneira objetiva as normas de conduta para os profissionais de Biblioteconomia quando no desempenho de sua função, prefere, no entanto, de uma maneira geral, defender um profissional contra as difamações que outro profissional lhe possa eventualmente fazer, ou colocar-se corporativamente como elemento de apoio aos bibliotecários em relação às pressões que estes possam sofrer por parte da sociedade na qual atuam (pressões essas, aliás, que deveriam, ser vistas como essencialmente positivas e não de maneira negativa, como faz o código de ética). Mesmo naqueles poucos preceitos do código que poderiam ser eventualmente interpretados como um guia para o comportamento do profissional na realização das atividades de aquisição, o CFB preferiu uma terminologia bombástica, embora ineficaz para as decisões diárias do profissionais (veja-se, por exemplo, o artigo 10 do código: «No desempenho de cargo, função, ou emprego, cumpre ao Bibliotecário dignificá-lo moral e profissionalmente»)<sup>8</sup>.

Tampouco os Cursos de Biblioteconomia do país parecem preocupar-se muito com esse assunto. Em geral, os alunos que, durante quatro ou mais anos, freqüentam os bancos das Universidades em busca de seu diploma de bibliotecário, pouquíssimas vezes ouvem a palavra ética aplicada a seu futuro fazer profissional. Isto não quer dizer que essa preocupação inexista nas Escolas, mas a preocupação em adequar tecnicamente os futuros profissionais às exigências do mercado acabam por obliterar a transmissão e

---

\* Texto publicado neste número dos *Cadernos* (N. do Ed.).



assimilação de normas comportamentais. Assim, a reflexão ética acaba ocorrendo individualmente e nem sempre de forma correta, na medida em que os bibliotecários não receberam na Escola os parâmetros de desempenho ético-profissional que poderiam guiá-los em sua prática diária.

É preciso reconhecer, no entanto, que mesmo entre bibliotecários e profissionais da informação do Primeiro Mundo nem sempre é fácil se colocar em posição eticamente inatacável. No caso das atividades de aquisição, a familiaridade com alguns fornecedores, tanto lá como aqui, muitas vezes faz com que se aceite um serviço pouco mais do que medíocre apenas pela comodidade de um relacionamento no qual os laços de camaradagem já não se distinguem mais dos profissionais. Neste ponto, certamente, está um dos maiores perigos para a ética profissional.

A prática de se obter diversas cotações de preço antes de se optar por aquele fornecedor que oferece as maiores e melhores vantagens para a biblioteca costuma ser uma forma bastante eficiente de tratar objetivamente a escolha de fornecedores. Em órgãos ligados à administração pública, a partir de certos valores monetários existe a exigência de abertura de um processo formal de licitação, regulado por uma legislação própria bastante rígida. Foi uma medida tomada exatamente para garantir que favorecimentos desleais não viessem a ocorrer.

Mesmo naqueles casos em que a exigência de um processo formal de licitação não se aplica, é salutar que os profissionais da informação, tais como qualquer cidadão que compara preços, solicitem cotações de diversos fornecedores e verifiquem com cuidado as condições e garantias de fornecimento que cada um deles apresenta.

Quando realizada de maneira correta, nada existe de questionável nessa prática. No entanto, começa-se a ter dúvidas a respeito da correção ética de bibliotecários que entregam para um fornecedor as cotações de preços que um outro fornecedor realizou a seu pedido, de maneira a que o primeiro possa, de posse desse conhecimento, oferecer-lhes melhores preços. Infelizmente, isto constitui alguma coisa não muito rara de ocorrer no Brasil. Ainda que o profissional possa alegar que visou apenas obter os melhores preços possíveis para sua instituição e que ela ao final se beneficiou economicamente de sua iniciativa (o que provavelmente é verdade), ele sem dúvida foi cúmplice em um processo desleal de concorrência econômica, o que não é absolutamente uma postura ética muito defensável. Assim como os bibliotecários têm o direito de esperar que seus fornecedores lhes ofereçam as melhores condições possíveis para compra e pagamento, os fornecedores também têm o direito de esperar que suas cotações sejam utilizadas com discrição pelos bibliotecários.

## Conclusão

Considerando este breve panorama da aquisição de materiais de informação no Brasil, existem razões para acreditar que as implicações éticas envolvidas nessas atividades estão tendo sua importância minimizada pelos bibliotecários brasileiros. Conscientizar-se de que a profissão se firma e se fortalece pela atuação individual de cada bibliotecário parece ser uma necessidade premente. Infelizmente, tudo ainda parece indicar que exista também um longo caminho pela frente, antes de se poder atingir uma situação minimamente favorável à conscientização geral.

Ainda recentemente, os bibliotecários norte-americanos, reunidos em um seminário na Association of Library Collections and Technical Services (ALCTS), durante o qual foram discutidas as relações entre as bibliotecas e editores/fornecedores de materiais de informação, aprovaram uma *Declaração de Princípios e Padrões para a Prática da Aquisição*<sup>9</sup>, que se propõe como um código de conduta ética aos bibliotecários para a execução das diversas atividades relacionadas com a aquisição de materiais de informação. Ainda que tal proposta diga respeito a uma realidade bastante diversa daquela vivida pelos profissionais de outros países, a proposta dos profissionais norte-americanos pode e deve ser utilizada como um ponto de partida para a elaboração de uma proposição que responda de maneira mais adequada às particularidades da prática de nossos profissionais. A título de sugestão, encerra-se portanto este artigo com a íntegra da proposta norte-americana:

Em todas as transações de aquisição, um bibliotecário...

1. considera primordialmente os objetivos e políticas de sua instituição;
2. empenha-se para obter o máximo de valor para cada dólar gasto;
3. garante a todos os fornecedores em competição uma igual consideração na medida em que as políticas estabelecidas de sua instituição lhe permitem, e analisa cada transação por seus próprios méritos;
4. defende e trabalha pela honestidade, verdade e justiça na compra e venda, e denuncia todas as formas e manifestações de suborno;
5. recusa presentes pessoais e gentilezas;
6. utiliza somente com licença as idéias originais e planos desenvolvidos por um fornecedor para objetivos de venda competitiva;
7. garante uma recepção rápida e cortez, na medida em que as condições lhe permitem, a todos aqueles que o visitam em missões comerciais legítimas;
8. cultiva e promove práticas comerciais justas, éticas e legais;



9. evita embustes;
10. empenha-se constantemente pelo conhecimento sobre as indústrias de edição e venda de livros;
11. empenha-se por estabelecer métodos práticos e eficientes para o desempenho de suas funções;
12. aconselha e auxilia seus colegas bibliotecários no desempenho de seus deveres, quando quer que a ocasião o permita.

## Notas

1 ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro — *Aquisição e ética profissional*. In: *Aquisição de materiais de informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. p. 87-92.

2 HAUPTMAN, Robert — *Ethical challenges in librarianship*. Phoenix, Oryx Press, 1988.

3 GOEHNER, Donna — Vendor-library relations: the ethics of working with vendors. In: SCHMIDT, Karen A. (ed.) *Understanding the business of library acquisitions*. Chicago and London: American Library Association, 1990. p. 137-51.

4 MARSH, Corrie — Payment ethics: librarians as consumers. In: SCHMIDT, Karen A. (ed.) *Understanding the business of library acquisitions*. Chicago and London: American Library Association, 1990. p. 299-312.

5 MILLER, Heather S — A question of ethics. In: *Managing acquisitions and vendor relations*. New York, Neal-Schuman, 1992. p. 141-50.

6 BOISSONAS, Christian M — The cost is more than that elegant dinner: your ethics are at steak. *Library Acquisitions: Practice & Theory*, v. 11, n. 1, p. 145-52, 1987.

7 GRANT, Joan — Approval plans: the vendor as preselector. In: SCHMIDT, Karen A. (ed.) *Understanding the business of library acquisitions*. Chicago and London: American Library Association, 1990. p. 153-64.

8 BRASIL. CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA. 8.ª Região — *Bibliotecário: conheça sua legislação*. São Paulo, Conselho Regional de Biblioteconomia, 1996.

9 ASSOCIATION OF LIBRARY COLLECTIONS AND TECHNICAL SERVICES — Statement of principles and standards of acquisitions practice. *Acqnet*, v. 4, n.º 53, 31 Oct. 1994. (Lista de discussão na Internet)

**RESUMO** Discute as implicações éticas nas atividades de aquisição de materiais de informação, fazendo a relação entre as proposições encontradas na literatura profissional, principalmente de origem norte-americana, e a realidade brasileira.

**ABSTRACT** Discusses ethical implications on information resources acquisitions, tracing the relationship between proposals that can be found in professional literature, mainly North-American, and Brazilian reality.

**MORADA** Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo  
**ADDRESS** Departamento de Biblioteconomia e Documentação  
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443  
Cidade Universitária  
CEP 05508-900 — São Paulo — SP — BRASIL  
Tel: (011) 818 44 77  
Fax: (011) 814 47 64/813 05 96  
E-mail: wdcsverg@usp.br